

**CPI DA CARTELIZAÇÃO DA CITRICULTURA**

**28.06.2017**

**AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME****CPI DA CARTELIZAÇÃO DA CITRICULTURA****28.06.2017**

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Boa tarde, gostaria... Deputado Zico, por gentileza. Gostaria de agradecer a presença de todos e reforçar que temos aqui nosso quórum regimental. Agradecer a presença do deputado Marco Vinholi; nosso líder do governo e grande amigo Barros Munhoz; deputados Pedro Kaká e José Zico Prado. Dando início aos trabalhos de mais uma reunião da nossa CPI.

Temos aqui um pequeno ritual e roteiro que nos propomos a cumprir, onde vamos ter a votação dos requerimentos nº 14 e 15. Antes de darmos andamento, solicito à secretária que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Deputado Zé Zico.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Pedir a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - É regimental, podemos dar andamento em nossos trabalhos. Muito obrigado.

Item um. Requerimento nº 14/2017, de autoria do deputado José Zico Prado, solicitando a convocação nominal do funcionário responsável de cada empresa citrícola que efetivamente assinou o Termo de Compromisso de Cessação - TCC, firmado com o Cade a referir-se: 1 - Associação Brasileira de Exportadores de Cítricos - ABECITRUS; Srs. Ademerval Garcia e Plínio de Moraes Rossetti. 2 - Bascitrus Agroindústria S.A; seu CEO. 3 - Sucocítrico Cutrale LTDA; seu CEO e Srs. José Luiz Cutrale Jr. e Marcos Neves Penteado Moraes. 4 - Fischer S.A Agroindústria Citrosuco Paulista; seu CEO e Sr. Antônio Francisco Gomes. 5 - Coimbra Frutesp S.A; seu CEO e Srs. Kenneth Geld e Roberto Sesma. 6 - Cargill Agrícola S.A; seu CEO ou diretor executivo a época da assinatura do TCC. 7 - Citrovita Agroindústria LTDA; seu CEO ou diretor executivo a época da assinatura do TCC.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado o requerimento.

Item dois. Requerimento nº 15/2017, de autoria do deputado Chico Sardelli, solicitando que seja oficiado o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para que informe toda as outorgas de extração e captação de águas concedidas para irrigação das propriedades de empresas de citricultura, informando ainda tempo, finalidade e condição expressa nos respectivos atos. Requer por fim, que se informe o impacto ambiental causado pelas outorgas concedidas. Em discussão o requerimento.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT -** Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS -** Com a palavra, deputado Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT -** Eu só queria um pouco mais de esclarecimento porque aqui está pedindo só um requerimento do DAEE. Mas eu achava prudente, e sabemos do compromisso do superintendente do DAEE com o Estado de São Paulo, não teria problema nenhum dele vir aqui explicar com detalhes essa situação. A leitura provavelmente vamos ter um problema, porque se tivermos qualquer dúvida temos que oficializar de novo. Aqui tirávamos todas as dúvidas de uma vez só.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS -** O Ricardo Borsari, presidente do DAEE, é isso? Superintendente do DAEE.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB -** Eu acho que seria um convite para vir aqui, para tecer considerações de ordem geral. Isso daqui acho que em cinco anos ele não consegue fazer. É um requerimento absolutamente impossível de fazer.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT -** É muita coisa.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS -** Inviável.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu acho que a vinda dele aqui para falar do tema genericamente, sobre isso e aquilo.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só que esse requerimento não está explícito no do deputado Chico Sardelli.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Teríamos que fazer um novo requerimento, é isso? Fazendo um convite.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Acho que sim, tudo bem.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Porque eles têm todo o interesse de vir aqui explicar. Ninguém teve nenhum problema com eles.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sempre foram extremamente solícitos.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Ok.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Barros, pede vista.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Posso pedir vista? Posso.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Queria comunicar ao deputado Chico Sardelli que não estamos preterindo, estamos...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Viu Raquel, precisamos conversar com o Chico Sardelli sobre esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - É regimental, está concedida a vista do item dois da pauta. O deputado Barros conversa com o deputado Chico e fazemos.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só queria agradecer a colaboração do deputado Barros Munhoz, porque acho que é evidente. Já temos um pacote de documentos aqui que não íamos ler nem um terço, nem a assessoria. Acho que evita um caminho enorme. Obrigado Barros.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Verdade, imagina.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Seguindo nosso cronograma. O terceiro item é a votação sobre o mandado de segurança contra o Cade. Nós havíamos solicitado toda a documentação para o Cade no dia 25 de maio, e teríamos o prazo regimental para que eles pudessem nos enviar. Eles receberam dia primeiro de junho, e o prazo se expirou e se findou no dia 16 de junho. Não houve resposta. Gostaríamos de colocar aqui para que possamos impetrar um mandado de segurança contra o Cade, para que essa documentação venha via justiça. Temos que reprovar aqui em Plenário na nossa CPI.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Com a palavra, deputado Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Não estou nem um pouquinho contra fazer toda a manifestação jurídica a respeito disso, mas até termos uma decisão judicial disso, podemos chegar em janeiro do ano que vem. Eu queria sugerir que nossa Comissão conversasse com o deputado Mendes Thame, que está por dentro e conheço, para que solicitassem uma audiência conosco no Cade, para irmos para cima. Se não, vamos ficar aqui até quando?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu proponho as duas coisas.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Eu também.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Entramos com o mandado de segurança e fazemos isso.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Não, eu não sou contra a outra não, estou só...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Então vamos adotar as duas, vamos fazer isso e solicitar uma audiência com a direção do Cade, se for a mesma semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Eu gostaria de acatar a sugestão dos deputados Zico e Barros, inclusive hoje teremos a oportunidade de ouvir o leniente do acordo do Cade, e isso vai nos dar subsídios e argumentos para que possamos, junto com o deputado Thame, solicitar essa audiência do Cade, para que façamos uma diligência lá. Acho que uma ação não exclui a outra, como disse o deputado Barros Munhoz.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Não tenho nada contra acionar na justiça, pelo contrário. Temos que cercar por todos os lados, para pegar bagre você sabe que não é fácil não.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Concordo. Vamos nos próximos itens falar sobre essa diligência nossa no Cade, conforme acordado em reuniões anteriores, que íamos discutir esse tema. Então posso dar formalmente como aprovada essa nossa impetração de mandado de segurança?

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Acho que tem que votar e registrar. Aqui temos que seguir rigidamente.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Então coloco em discussão a impetração sobre o mandado de segurança contra o Cade. E colocamos a audiência através do deputado federal Mendes Thame junto. Não havendo oradores inscritos, até porque ambos já tiveram a palavra anteriormente, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram.

(Pausa). Aprovada a impetração e também para fazermos o contato com o deputado Mendes Thame. Com a palavra, deputado Zico.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só queria deixar registrado como funciona o regimento. Nós provavelmente vamos entrar em recesso semana que vem. Esses dias regimentalmente não se contam como...

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Se encerramos na sexta-feira agora, dia 30, o prazo limite do término da nossa CPI é dia 22 de agosto. Se adentrarmos algum dia a mais da semana que vem, automaticamente esses dias vão sendo abatidos do prazo em contagem para trás. Se tivermos segunda ou terça trabalho aqui na Casa, essa data vem regredindo antes do dia 22. Temos praticamente três semanas do mês de agosto, se entrarmos no recesso agora dia 30. Esse é o prazo da nossa CPI.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Não podemos encerrar essa CPI sem o mínimo de um relatório que satisfaça nossos objetivos. Mas também queria dizer que não podemos mais pedir prorrogação.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Segundo o que foi apurado através da nossa equipe com o Rodrigo, secretário geral parlamentar, teríamos que seguir o ritual de entrar com pedido de uma nova CPI, que já seria a sexta e entraria como primeira da fila, para que já pudesse imediatamente, abrindo a vaga, instaurar a nova CPI, em que teríamos que formar novos membros e novo presidente. Mas se obtivermos autorização do presidente da Casa, conseguimos manter no mesmo formato dessa Comissão.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Dispensando isso agora, porque acho que podemos discutir depois com a Comissão, para fazermos um balanço um pouco melhor da nossa atuação. Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Ok, imagina. Temos aqui uma votação proposta por esta Presidência, pela oitiva ou não da Cargill. Quando

fizemos as oitivas das grandes empresas cerca de 15 dias atrás, tivemos duas reuniões - as pequenas convidadas, e as grandes convocadas. A Cargill recebeu nossa convocação e não esteve presente, nos enviando um ofício onde coloca como justificativa que a requerente já não atuava mais no segmento da citricultura no Brasil desde 2004. Antes, inclusive, dos eventos citados no requerimento de instalação da CPI. Eles pedem a dispensa, então temos que deliberar se optamos por dispensá-los, ou se optamos para que continuemos com a convocação.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu entendo que diante da argumentação, que é correta, devemos concordar com a não vinda.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Com a palavra, deputado Pedro Kaká.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - É uma informação que eles nos remetem? Gostaria de saber a veracidade disso. Dá para atestar se isso é verídico, que eles realmente deixaram de operar em 2004?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Talvez seja uma boa sugestão confirmarmos isso, e depois decidirmos na próxima sessão. Pedimos uma confirmação.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Podemos pedir, porque aqui do jeito que está nos autos do nosso processo, instaurado em cima do ofício deles, eles apenas nos comunicam passando informações.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - É só pedir a eles que mandem alguma coisa confirmando.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - É, confirmando. E com isso perde-se objeto, no caso levando em consideração a Cargill.



**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Acho que o deputado Pedro Kaká está correto, temos que ter comprovadamente que eles não estavam. E a sugestão do requerimento que votamos aqui é porque é da decisão de uma das nossas CPIs, que eles quase mandaram aqui um apanhador de laranjas para representa-los. Foi por isso que fizemos esse requerimento nominando quem queremos ouvir. Na época eles mandaram um agrônomo que acompanha a plantação, na próxima vai vir um apanhador de laranjas aqui.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - Até porque é importante saber se a Cargill não está, e nem o braço dela. Porque na realidade, a empresa mãe pode ser que não esteja na operação, mas não significa, pelo tamanho e importância que essa empresa representa no mundo global, que não tenha braços participando.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - É só indicar no ofício exatamente isso, que nem a empresa e nenhuma coligada estava.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Gostaria de entregar aos membros dessa Comissão a resposta do Ministério Público sobre o requerimento que tivemos. Aqui nós indagamos ao MP a atuação deles com relação a Operação Fanta, sobre o suposto cartel da laranja, e eles nos disseram - estou resumindo, até porque temos as pessoas que nos acompanham, e os deputados poderão apurar melhor esse documento - que tudo aquilo que foi discutido e apreciado até o acordo do Cade se encerra com o acordo, e que depois disso tiveram novas denúncias e supostas práticas de cartel.

O Ministério Público indagou e pediu provas para os que acusaram que existe um novo cartel a partir do momento do acordo do Cade, e que essas provas não apareceram e se consolidaram. Então a partir desse momento eles arquivaram o caso, justamente por falta de provas. Estou entregando a resposta para que as assessorias dos deputados possam averiguar, e que posteriormente possamos nos reunir e tomar alguma ação nesse sentido.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só pela oportunidade, Presidente. O Ministério Público fala em falta de provas. Que tipo de provas eles pediram? Não

podemos saber? Porque pode ser que no conceito deles teve falta de prova, mas do nosso conceito tenha prova abundante. Como vamos conferir isso? Acho que vai na mesma linha do que já constatamos várias vezes aqui na Comissão. Através de quem, qual documento eles analisaram?

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Que foi recebido e considerado falta de provas?

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - É, como eles chegaram nessa conclusão? Eu gostaria de chegar também.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Acho que a sugestão é que a Procuradoria da Casa, que nos acompanha, possa pedir quais foram esses documentos, porque às vezes pode ser que para nós...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - É que eles conhecem um pouco mais explícito né, ou então encaminhar diretamente ao superior.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - É o promotor de justiça do GEDEC - Grupo Especial de Delitos Econômicos.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Quem assina lá?

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Marcelo Mendroni.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Mas ele é o presidente desse grupo?

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Não... Acho que é o responsável.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ele é o presidente, mas quem assinou o parecer foi outro, é um promotor do GEDEC. Pedir a confirmação do Dr. Marcelo, que pelo que tudo indica aqui, é o responsável pelo GEDEC, que ele explicitar melhor.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Qual tipo de prova que veio, o que foi apresentado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Se é cabal, se é irrefutável.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Já emitir cópia, se tiver.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Pela ordem, Presidente. Eu acho que o deputado Barros Munhoz está... Eu concordo com a proposta, acho que pelo informe que V. Exa. passou, deu uma olhada? Eu nem li, estou dizendo tranquilamente. Mas baseado naquilo que V. Exa. falou, acho que o deputado Barros Munhoz tem... Eu não preciso acreditar no promotor só porque ele falou que não tinha provas. Também quero chegar a essa conclusão.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - A intenção de trazer esse documento a todos nós é justamente para isso, para que pudéssemos discutir se vamos na linha do que o Ministério Público está dizendo e vamos acatar, ou se realmente vale a pena - que acredito que sim, fazer isso. Esse é o motivo de trazer esse documento para vocês. Acho que ficamos responsáveis para poder dizer quais foram essas provas que foram enviadas, e se estiverem em poder do Ministério Público, que eles nos remetam cópias dessas provas que às vezes para eles não serviram, mas para nós pode ter alguma utilidade. É isso que deliberamos?

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente, só para tirar uma dúvida com a parte técnica. Qual foi o requerimento que aprovamos aqui? Pedimos explicações sobre o caso ou cópias? O que foi requerido ao Ministério Público? Para verificarmos se fomos atendidos ou não.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só queria aproveitar para fazer uma justificativa. Não é que estamos sendo chatos, é que esse assunto já está sendo enrolado

há tantos anos e os agricultores também. Estou desconfiando de tudo, quero deixar isso muito claro, senão vai parecer que somos só chatos. Diante do que vem acontecendo nesse processo, quero registrar minha posição. Eu estou desconfiando de tudo.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Está certo, deputado Zico. O que diz aqui nosso pedido é um encaminhamento de todos os dados disponíveis acerca da Operação Fanta, que investigou o cartel. Então cabe, e acho que podemos ainda...

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Só reiterar que já foi aprovado esse requerimento, e pedir para que eles mandem as informações pedidas.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Ok. Vou passar a informação de que estamos com os documentos que foram entregues pelo representante da SRB - Sociedade Rural Brasileira, o Sr. Antônio Júlio na reunião passada, em que nós o ouvimos. Já estão no poder da Procuradoria dessa CPI e assim que tivermos uma análise mais detalhada, vamos reenviar com o parecer dos procuradores para todos os membros da Comissão, inclusive com cópia da documentação fornecida pelo Sr. Antônio Júlio, justamente para facilitar o trabalho de Vossas Excelências.

Dando andamento ao próximo passo da nossa reunião, vamos iniciar nossas oitivas. Nossa assessoria técnica nos informa que o Sr. Lourival Carmo Monaco, diretor-presidente do Fundecitrus, e o deputado federal Antonio Carlos Mendes Thame comunicaram por telefone que estariam ausentes nessa reunião de hoje. Ambos foram convidados para que estivessem conosco. Vamos convidar para que possa proceder com sua oitiva o Sr. Paulo Ricardo Machado, leniente do acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade. Por gentileza.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Vou pedir desculpas, mas tenho que receber o secretário de Transportes para acompanhá-lo numa Comissão que vai ouvi-lo hoje. Vou deixar aqui minha assessoria, e depois também peço aos deputados presentes que me encaminhem esse depoimento, porque é de máxima importância. Lamento muito ter que me ausentar, mas o secretário já está na minha sala me aguardando. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Obrigado deputado Barros Munhoz, agradecemos a presença e encaminharemos todos os ofícios necessários para o gabinete de Vossa Excelência. Muito obrigado, Sr. Paulo Ricardo Machado, por estar junto conosco hoje. Vou apenas ler um texto sobre a nossa CPI.

O senhor foi convocado a comparecer a essa Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de investigar eventual prática da cartelização da indústria de citricultura no estado de São Paulo. Como testemunha, com fundamento no Art. 203 e 218, ambos no Código de Processo Penal, combinado com o Parágrafo II do Art. 13 da Constituição do Estado, e Art. 3 da Lei Estadual 11124, de 10 de abril de 2002, bem como as demais normas constitucionais e infraconstitucionais aplicados a espécie, cumprimos adverti-lo que deve dizer a verdade, não podendo fazer afirmações falsas, calar ou negar a verdade a respeito de fatos de seu conhecimento, por incorrer no crime previsto no Art. 4, Inciso II da Lei Federal 1579 de 18 de Março de 1952.

Declaro aberta a oitiva do Sr. Ricardo. Gostaríamos que primeiramente o senhor pudesse fazer uma explanação. Deputado, acho que podemos abrir a palavra ao Sr. Paulo Ricardo e depois, ao término de sua explanação, podemos fazer nossas indagações. Correto? Por gentileza, estamos todos a ouvidos.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Boa tarde a todos. Eu trabalhei no setor da laranja de 1981 a maio de 2000. Fui diretor da Coinbra Frutesp no setor citrícola e por volta do final de 2005 já havia saído do setor, e existia o movimento de alguns ex-funcionários que estavam sendo pressionados, para fazer um acordo de leniência com o Cade. Fiquei sabendo disso e tomei a frente, efetuando esse acordo antes que outro fizesse e eu perdesse as garantias legais.

Antes de vir na reunião eu recebi a convocação, e pedi ao Cade para me liberar, porque o que houve no acordo de 23 de março é que eles homologaram o acordo para sete pessoas ou indústrias, e alguns que estavam nesse processo administrativo de 1999, inclusive eu, não foram liberadores. Estou sob sigilo, mas nada impede que eu fale algumas coisas que vão... E eu pedi isso ao Cade, para o Dr. Javi por e-mail, e ele me respondeu ontem que precisava consultar o jurídico do Cade para me liberar. Até agora não me mandou nada, mas assim mesmo tem algumas coisas que posso falar sem ferir meu acordo. Justificando como fiz esse acordo de leniência.

Na época começando o acordo, o cartel envolve duas partes; a do exterior, que primeiro acertava o preço do suco para depois acertar o preço da fruta aqui, senão ficava

um acordo sem nexos. Você acerta o preço de compra e não acerta o preço de venda? Então todo final de ano, por volta de outubro era acertado esses preços dos sucos lá fora, e depois aqui. Agora vou voltar. Quando fiz o acordo de leniência foi junto com o Ministério Público de São Paulo e o Cade, que tem um convênio. Disso, coisas que não posso falar, mas a CPI pode ir atrás do MP e se possível, não ir atrás do promotor, mas do chefe do acordo, é que foi feito... E volto a afirmar, na época que estive lá, de 2001 e principalmente na época que foi retratado, em 1999, houve cartel. Estou afirmando, houve cartel, tanto aqui, como lá fora.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB -** O senhor pode afirmar quais as empresas?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO -** Posso, são 11 empresas. Essas que estão denunciadas no Cade, não sei se vou guardar todas de cabeça. Mas posso afirmar, elas estão denunciadas no Cade; a Cutrale, a Coinbra, a Cargill, a Dreyfus - que era Coinbra, Bascitrus, Frutracs, Citrovia, Abecitrus... Não sei se esqueci alguma, mas são 11.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS -** Categoricamente o senhor afirma que houve cartel?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO -** Na época sim, houve cartel e eu operei o cartel.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS -** O senhor operava o cartel?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO -** Operava o cartel. Voltando, o Ministério Público de São Paulo assinou junto comigo e com esse acordo de leniência. Não sei te falar se dez ou oito diretores dessas empresas foram condenados pelo Ministério Público de São Paulo a dois anos de Sursis. Foram condenados e isso é público, não estou ferindo meu acordo. É só consultar. Não sei como funciona essa coisa, ir atrás dos chefes dos promotores de São Paulo e pedir de 2006, essas dez pessoas foram condenadas. Não foram todos denunciados, mas cada empresa informou e foram condenados a dois anos.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Dois anos de?**

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Eu não sei como funciona esse Sursis, uma coisa assim. Foram condenados e em dois anos não poderiam cometer nenhum crime, foi feito esse acordo de condenação de vários presidentes de empresas. Isso na esfera criminal. E o Ministério Público de São Paulo pode reportar isso, é só pedir para o chefe do MP. Não sei quem é hoje, mas se pedir para ele tem isso tudo. Foi feito na delegacia de polícia e depois feito esse acordo, que eles pagaram acho que 50 mil reais de multa e ficaram dois anos para serem liberados. Demorou um pouco mais de dois anos e foram liberados.

Mediante minha... Como funcionava o cartel? Se a CPI conseguir quebrar meu sigilo junto ao Cade estou disposto, não estou não falando as coisas por um acordo que não me permite. Mas se conseguir quebrar, vou tentar também quebrar esse sigilo porque estou há tanto tempo e quero ser liberado. Não é possível eu ficar tanto tempo dependente disso. Mas algumas coisas posso afirmar.

Existiu o cartel, primeiro reunia lá fora e já sabiam em outubro qual era a safra brasileira. Já tinha tido estimativa de safra e tudo, sabia qual era a safra brasileira e mediante essa safra, a quantidade de laranja que tinha determinava qual era o valor do suco que ia ser vendido no próximo ano e voltava para aqui dentro, e fazia a conta de quanto podia pagar na fruta aqui e quanto cada um ia moer, qual a porcentagem do cartel de cada um - 14%, 20%, 22%. Era discutido nesse dia e as empresas determinavam quanto iam pagar na fruta.

É uma coisa tão abrangente que envolvia controles semanais, tanto de compra da fruta, porque ninguém podia comprar mais que o outro; se a compra foi determinada por dez semanas, cada um comprava um décimo por semana. Se uma indústria invadisse o pomar de outra e comprasse do outro, tinha que pagar com multa, com a laranja que era entregue depois na outra safra. Na mesma safra era entregue a laranja. Vamos supor que a Coimbra comprasse uma laranja da Cutrale, e a Cutrale determinava, acusava no acerto semanal. A Coimbra na outra semana tinha que pagar essa laranja posta por um valor insignificante na portaria da Cutrale.

Só para vocês verem o que envolve lá fora, chegando no final da safra, se não existisse mais laranja, essa penalidade era paga em suco lá fora. Esse é um dos detalhes que posso revelar, mas tem muito mais. Era uma coisa muito abrangente que envolvia várias pessoas, tinha auditores que iam nas empresas auditar para ver se os números

estavam certos. Toda semana passavam um disquete da compra e da moagem, ninguém podia avançar. E lá fora também eram feitas auditorias. O suco tinha uma venda casada que não podia ser muito adiantada. Era uma coisa muito abrangente, mas o que posso afirmar é isso, que no tempo que trabalhei, principalmente como diretor nos últimos cinco anos, que vai de 92, 93 para frente, houve cartel na citricultura.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - De 93 para frente...?**

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO - Pelo menos.**

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Foi o período que você trabalhou?**

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO - Não, eu trabalhei a partir de 81. De 81 para frente também teve, mas a partir de 93 eu operei o acordo. Eu fui um dos operadores do acordo.**

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - O senhor pode indicar quem eram os outros?**

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO - São todos que estão denunciados lá no cartel, acho que 17. Da Cutrale seria o José Luiz Cutrale Jr. e o Marcos Moraes; a Citrosuco acho que era Nelson Ivan e mais alguém que não me recordo; na Citrovita era o filho do Votorantim, o Claudio Ermírio de Moraes; da Cargill era esse que falaram o nome agora, o Antônio Francisco Gomes ou coisa parecida. Todos que estão no administrativo de 99.**

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Eles continuam?**

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO - Não, muitos já saíram do setor. Os donos das empresas continuam lá, os Cutrales...**

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - A Citrosuco quem é, Paulo?**



**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só pela oportunidade... Desculpa, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Da Citrosuco quem você falou que foi responsável?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Da parte da laranja era o Nelson Ivan Barrancos.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Da Citrovita?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Claudio Ermírio de Moraes.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Claudio?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Claudio Ermírio de Moraes. E tinha mais um outro lá que eu esqueci o nome.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Com a palavra, deputado Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Nós acabamos de aprovar aqui uma lista de nomes.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Por isso que estou...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Estou querendo saber se tem algum peixinho desse, porque aqui só tem tubarão. Parece que estamos pescando lambari aqui.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Da Coimbra era o (ininteligível) e o presidente Reinaldo Roberto Sesma.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Acho que ficamos só nos lambaris mesmo, não foi?

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Acho que nós é que somos os apanhadores de laranja.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Aí tem quase todos.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Dá uma olhada para nós Paulo, por gentileza, se você lembra de algum desses nomes e dessas pessoas, se estamos no caminho certo. Eu anotei os nomes que você falou também, para de repente fazermos um novo requerimento ou melhorar esse.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - São todos esses daí.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Esses você conhece? Tem conhecimento que participavam sobre sua...?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Podem ter mais alguns, mas esses estão.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Esses o senhor pode nos afirmar?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - O Antônio Francisco Gomes é o da Cargill, que falei lá.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Todos eles o senhor pode nos afirmar que faziam parte do... O senhor acabou de dizer que operava esse acordo pessoalmente a partir de 93?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - O que eu posso falar também é que todos esses estão... Alguns desses inclusive pagaram a multa.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Ou condenados. 50 mil reais e ficaram dois anos?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não, pagaram a multa também no Cade. Parece que a multa do Cade foi de 300 mil reais.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - 300 milhões.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não, 302 milhões foi o total. A Coimbra pagou 70 milhões e a pessoa física andou pagando multa também. Eu não me recordo, mas deve ser 300 mil reais a pessoa física, não jurídica.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Então isso aqui o senhor pode afirmar que estamos de certa forma, além dos nomes que o senhor nos apresentou aqui, são pessoas que estão...

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Tem alguns desses que fazem parte, além do Cade, do processo criminal também.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Ok.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Acertamos algum? Parece que acertamos alguns peixões aqui.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Tem o Cutrale.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Que não está aqui né? Não, está aí sim. Esses podem manter?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Pode. Eu fico até constrangido porque infelizmente não posso muito mais. Mas espero que tenha colaborado com alguma coisa. Se a CPI conseguir o meu... Nem tenho, preciso contratar um novo advogado porque não tenho nesse processo, estou tentando sair do processo. Se eu conseguir sair, estou livre do meu sigilo, daí posso falar muito mais coisas.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Sr. Paulo, o senhor pode trazer para nós aqui na CPI documentos que embasem um pouco nosso trabalho? Documentos que estejam disponíveis que você avalia que não estejam nesse sigilo, para nos subsidiar?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não, todos estão no sigilo.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Os documentos que estão em sigilo, você tem alguma espécie de termo assinado com o Cade para não apresentar?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Correto, inclusive ontem mandei um e-mail para a superintendência do Cade pedindo minha liberação de sigilo, explicando que eu viria na audiência e seria obrigado a falar a verdade, então precisava dessa liberação de sigilo. Eles pediram para eu manter o sigilo que eles iam verificar, o Dr. Javi ontem me falou que ele ia verificar junto com a Procuradoria do Cade para me liberar do sigilo. Deixei meus dois telefones e e-mail até às duas e 35, hora que desliguei o telefone, e eles não ligaram.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Sr. Paulo, perdão, desculpa eu continuar aqui. Quanto tempo o senhor ficou em negociação com o Cade, e nesse período foram as mesmas pessoas que estavam no Cade? Você pode nos explicar um pouco sobre como foi essa leniência?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não, a leniência foi rápida, até porque era um processo feito aqui no Fórum João Mendes, com o Dr. Marcelo Mendroni, que parece ser o mesmo que fala... Foi rápido, no final de 2005 para começo de 2006. Em 10 de abril foi assinado o acordo de leniência. Em 24 de janeiro de 2006 foi feita a busca e apreensão, emitida por quatro juízes federais em sete ou oito lugares. Tanto que foi chamada Operação Fanta porque pegou um monte de documentos.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Vou fazer minha última, já para não incomodar meus pares aqui. O senhor avalia que alguma coisa mudou depois disso no mercado? Existe algum indício de cartel ainda? Você acredita que ele continua ou não?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Eu acredito que continua.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Melhor resposta do dia, Dr. Paulo.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Deputado Pedro Kaká? Zico Prado?

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Dr. Paulo, só queria saber por quanto tempo o senhor não está mais em atividade?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - 17 anos, de 2000 para cá.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - O senhor está fora da atividade. Hoje o senhor trabalha de?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Estou aposentado. Só para falar, não sei se é isso que você está questionando... Como você acredita? Porque eu falei que acredito que o cartel continua. Como trabalhei no setor, várias pessoas desses 17 anos saíram do setor, foram mandadas embora, aposentaram, ou os próprios produtores. Então como houve, e todo mundo mais ou menos sabe que participei disso e fiz acordo de leniência, as pessoas se dirigem a mim e falam: “Paulo, continua a mesma coisa. É a empresa X, da empresa Y”. É o mesmo modus operandi, continua a mesma coisa.

Lógico que não vou citar as pessoas, até porque se fossem citadas, como não existe processo, elas não têm imunidade. Mas as pessoas sempre falam, e até querem às vezes falar. Tiveram vários. Eu tive um comércio em Matão, um posto de gasolina público e as pessoas iam e falavam como funcionava, o próprio produtor: “Estou querendo vender para empresa X e só a empresa Y que vende”, quer dizer, relatos de produtores e de pessoas que saíram do setor. Por isso acredito. Eu não posso afirmar, porque não estou lá. Na época que estive lá posso afirmar que houve, mas hoje acredito que ainda exista.

Uma coisa importante, essas pessoas nessa CPI e eles estão... Eles vieram procurar e eu não posso pender para um lado ou outro. Minha obrigação é contar a verdade. Elas vieram (ininteligível) pela iniciativa. Só estou transmitindo isso, não

posso me colocar no lado do produtor e nem do lado da indústria. Só quero falar a verdade que presenciei na época.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Dr. Paulo, o senhor já falou que muitos também já saíram, foram mandados embora. Eu acho que para nós da CPI seria importante se não só ouvíssemos o senhor, e quero te agradecer pela sinceridade e por seu comportamento, por toda a transparência que você deixou aqui na CPI. Eu não posso de jeito nenhum deixar de registrar isso, e te cumprimentar por isso. Mas será que tem outros que tenham interesse em falar também?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Aí eu acho difícil, porque como eu disse, na época de 2005, 2006, existia o processo aberto de 1999 que estavam apertando alguns para serem processados, e eu corri e fiz o acordo primeiro. Hoje não existe mais nem processo aberto, só uma... Então acho difícil, porque o cara não vai ter imunidade, como eu tenho. E hoje também ninguém quer mais. Eu estava no risco de pagar esses 300 mil reais, porque muitos desses que estão aqui pagaram agora em novembro, dezembro. Muitos que estão aí pagaram a multa no TCC, então não podem falar que não houve cartel. Se você paga a multa é porque teve alguma coisa. No TCC vocês veem que eles pagaram a multa, assim como as empresas.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Sr. Paulo... Antes queria agradecer a presença do deputado Ricardo Madalena, que está aqui conosco. Obrigado pela presença, ele que também faz parte da nossa Comissão. Recebemos muito em cima da hora esse documento que trouxemos para apreciação dos deputados, que estão levando para que possamos analisar, e vamos pedir mais informações ao Ministério Público. Pelo que pude olhar antes de chegarmos a nossa reunião, Sr. Paulo, é que o MP afirma que num segundo momento faltaram provas para o caso ser reaberto, ou abrirem uma nova investigação a respeito disso, e por isso foi arquivado.

O senhor sabe quais foram as denúncias que levaram o Ministério Público a fazer todo esse trabalho da Operação Fanta, de fazer o recolhimento do material e todas as diligências feitas? Quais foram e quem fez as denúncias que originaram essa ação do Ministério Público, para que possamos tentar rastrear isso? Ou que essas pessoas possam novamente fazer alguma denúncia nesse sentido?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Duas coisas. Eu não entendi direito esse negócio do Ministério Público. Eu posso afirmar o seguinte, do período que trabalhei houve cartel. Em 2005 procurei o SDE, que na época era CDE, e eles tinham um convênio com o Ministério Público de São Paulo. Fui várias vezes no MP de São Paulo prestar declaração de como funcionava. Existe um monte de coisa que estou impedido de falar, mas foi entregue um monte de documentação. Daí foi feita essa busca e apreensão.

Foi informado de quais empresas eram, de que sala deviam pegar, como ia entrar. Foi tudo informado de quem eram as pessoas, como funcionava. Foi feito tudo. O Ministério Público de São Paulo tem tudo isso, até porque se vai fazer busca e apreensão numa empresa que tem sete, oito alqueires num prédio de cinco, dez andares, como era na Faria Lima aqui, tem que saber onde ir e onde pegar. Foi tudo avisado, foi sinalizado como faziam. Teve gente inclusive presa, aqui na Faria Lima. A Polícia Federal junto com o SDE fazia um cinturão. O diretor-presidente foi preso na calçada da Faria Lima, com um monte de documentação. Isso foi publicado em jornal.

Agora dizem, não estou afirmando, que era evasão de divisa. Era o controle de evasão de divisa que foi preso com ele, (ininteligível). Foi preso, levado à delegacia de polícia com um monte de documentação. E o Sr. Daniel Goldberg, o presidente do Cade, me afirmou que o Sr. Kenneth facilitou muito o trabalho do Cade, porque toda documentação que queriam de evasão de divisa foram presas com ele. Selecionaram tudo e ficou mais fácil pegar.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Kenneth é o Kenneth Geld, aqui da Coimbra?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - É, devem ter registros da polícia dessa prisão. Eu acho que deve ter.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Quem era o promotor que coordenada a Operação Fanta?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Marcelo Mendroni.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - É o que assina aqui, deputado Zico Prado. É o promotor de justiça que assina. O GEDEC é o grupo especial que eu acho que cuida aqui dos delitos econômicos.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Pelo que entendi, ele está respondendo que hoje não tem denúncia.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Exato.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Realmente, hoje não tem denúncia. Mas o meu acordo de leniência foi assinado por ele.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Referente ao processo anterior? Temos denúncias hoje, Alonso ou Antônio Júlio? Não temos né? Tem novas denúncias hoje?

**O SR.** - Ainda não.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Ainda não?

**O SR.** - As pessoas estão com medo, quem tem laranja (ininteligível) fica com medo de fazer.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Só um minutinho, por favor.

**O SR.** - ...o contrato da Cargill que eu tinha a época, até 2004, 2005, acabei de mandar por WhatsApp para o senhor. Então a Cargill participou, eu tive contrato com eles de 99 a 2000, de 2004 a 2005. Está aí o contrato com firma reconhecida.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Você pode nos enviar fisicamente esse documento?

**O SR.** - Posso, lógico.



**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Essa é uma informação importante. Estavam acabando de afirmar para nós no documento aqui que eles não atuavam na data quê... Se puder, será muito importante.

**O SR.** - Amanhã eu posso enviar pela parte da manhã.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Por gentileza, no meu gabinete, por favor. Essa é uma afirmação importante.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Só mais um detalhe, eles pagaram multa, viu? Agora nesse TCC eles pagaram multa.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - A Cargill entrou?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Pagou multa.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Boa, informação importante.

**O SR. JOZÉ ZICO PRADO - PT** - E o promotor...

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - (ininteligível), mas eles pagaram a multa porque estavam...

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - No momento lá atrás estavam participando.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - E esse TCC é público, não estou contando nada. É só vocês entrarem no site do Cade e vão ver o TCC lá com o valor da multa e tudo certinho. Não estou contando sigilo, é só entrar no site do Cade que vocês vão ver o valor do TCC dessas sete empresas. Não estou falando nada fora do que posso falar.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Com a palavra, deputado Ricardo Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, o presidente. Sr. Paulo, vou direcionar as perguntas ao senhor. Qual o período em que o senhor trabalhou no mercado?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Oito de maio de 1981 até maio/junho de 2000.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - O senhor ficou praticamente 20 anos no mercado?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Correto.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - O senhor está omitindo alguma resposta das perguntas que foram feitas?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não...

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Algum medo em responder?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não, não. O senhor não estava aí, eu estou explicando uma coisa. Eu tenho um acordo de sigilo, fiz um acordo de leniência e estou proibido de contar a maioria das coisas. Mas eu afirmei aqui que o cartel existiu nesse período que eu estava lá, e eu trabalhei no cartel, principalmente nos últimos cinco anos, de 93 a 2000. O acordo era lá fora e aqui dentro. Eu pedi ao Cade para me liberar do sigilo e eles me responderam ontem à tarde pelo Dr. Javi, que eu continuava com o sigilo, que existe um sigilo e iam tentar falar com a Procuradoria Jurídica do Cade para ela me liberar ou não. Eu não fui liberado do sigilo.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Ok. Ainda no mesmo tema, o senhor tem alguma informação se através do acordo de leniência, está sendo cumprido voluntariamente ou está submetido a execução fiscal forçada?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não entendi a pergunta, desculpa.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Vou repetir. O senhor tem conhecimento do acordo de leniência, né?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Tenho, porque eu assinei as duas partes; uma com o Ministério Público, e outra com o Cade.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Ele está sendo cumprido?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - A minha parte integralmente.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - E dos demais, o senhor tem conhecimento?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não, só existe um acordo, o meu.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Só o seu?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Acordo de leniência só existe o meu. O Cade até agora cumpriu integralmente, só estou esperando eles me liberarem. Quando falam cumprir integralmente, não levei os 300 mil de multa e nem fui condenado criminalmente. As duas partes que faziam parte do acordo, não ser condenado criminalmente - foram dez ou 15 pessoas condenadas, foram dois anos de Sursis, proibido de sair à noite. Eu não fui condenado, não precisei fazer esse acordo, e também não tive que pagar multa. Meu acordo com eles era me liberar criminalmente, e da multa por enquanto o Cade cumpriu comigo 100%.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Qual sua formação, Paulo?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Sou administrador de empresas.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Só para concluir a última pergunta. Houve alguma intervenção ou mediação de alguma Secretaria de Estado de São Paulo nesse acordo?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não. Como eu disse...

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Em especial alguma intervenção da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Não, pelo que eu... Eu não posso falar, estou sob sigilo. Mas houve.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Sr. Paulo, retomando. O senhor me responder...

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Deputado, pela ordem. O senhor falou que está sob acordo. Assim, o senhor pode ficar tranquilo que estamos aqui entendendo e respeitando o acordo, né Ricardo?

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Até para não complicar sua situação. Então quando o senhor achar que alguma explicação ou algum fato possa conflitar com aquilo que foi acordado na questão do sigilo, o senhor pode dizer que nesses termos do sigilo...

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Eu posso afirmar ao Dr. Ricardo onde ele pode procurar se houve ou não, o caminho das pedras. A desembargadora federal Consuelo Yoshida determinou o sigilo do processo, que na época era sigilo industrial. Na ata - eu ouvi alguém me falar, não vi, que isso é público, não é coisa sigilosa - ela determinou esse sigilo, que o ex-secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, não sei se era na época, por volta de 2010, participou da ata da reunião.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Da ata da reunião ou do acordo de leniência?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Dessa reunião. O acordo de leniência foi em 10 de abril de 2006. Na época desse acordo e desse sigilo ela se baseou em algumas informações, uma era da Marina Tavares, do SDE, e outra do Sr. Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo a época, em 2010.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Ok, sem mais perguntas presidente.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Algum deputado mais gostaria? Deputado Pedro Kaká, Zico Prado?

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Eu acho que o deputado Ricardo Madalena chegou onde queríamos. A Secretaria da Agricultura não podia ficar fora dessa questão, porque sabia de tudo e participava. Quantas vezes já estive na Secretaria da Agricultura com outros deputados, e eles têm muito o que informar sobre essa questão.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Deputado José Zico, conversando aqui com nossa assessoria, mediante nossa última reunião já solicitamos. Eles vão nos receber, havíamos combinado que íamos fazer uma visita com os membros dessa Comissão, e aqueles que julgarmos que sejam importantes de nos acompanharem, membros da Faesp, da SRB e da própria Associtrus, já foi feito contato e ambas as secretarias, os secretários da Agricultura e da Fazenda já estão preparando datas para nos receber. Estamos fazendo com tranquilidade esse primeiro contato com as secretarias e eles vão nos receber numa visita nas respectivas secretarias.

Se depois dessa nossa visita e bate-papo não ficar a contento aquilo que nós esperamos ouvir dos secretários, vamos convida-los num segundo momento, e num terceiro momento convoca-los para que venham até aqui. Como temos até o dia 22 quando voltarmos do recesso, a primeira semana já é a data. Eles estão acertando o dia e horário e vou informa-los para que todos possamos ir conversar com nossos secretários.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - Sr. Presidente, permita-me a palavra.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só para terminar Pedro, desculpa. O que se dizia e que sempre ouvimos é que não tinha cartel e só os agricultores chiavam, era uma lamentação só. Mas no meu ponto de vista, e queria uma confirmação do senhor, isso prejudicou os produtores de laranja. O senhor confirma isso?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Eu acho que qualquer pessoa que andar no interior de São Paulo, e vocês deputados andam no interior, às vezes vão ver que tem cidades que não existe mais laranja; só tem cana ou outra atividade. Eram cidades citrícolas. Qualquer secretaria que deve ter o IBGE, isso daí é uma coisa clara, não sou eu que estou falando. Como sou do interior sei que a laranja foi dizimada graças ao Fundecitrus, que ajudou muito as indústrias nisso aí.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Um aparte Zico. O senhor acha que isso também foi por causa do cartel, que acabou sumindo as produções de laranja do interior de São Paulo, ou só a doença? Qual sua opinião no tempo que o senhor esteve à frente, os 20 anos?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Quando eu estava lá havia uma tendência de as indústrias plantarem laranja. É nítido que houve uma concentração, tem números até da própria secretaria que falam que 150 produtores detêm 80% do plantio. A doença ajudou, sem dúvidas, mas só o vizinho foi doente? Por que o grande agricultor não recebeu a doença? Quer dizer, houve uma concentração e também mudou de região. A doença estava na região Sul e foi plantado tudo para o outro lado. Houve uma concentração.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Pelo que entendi houve as duas doenças.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - As duas doenças, e principalmente quem tinha mais informações... As indústrias sempre mandaram no Fundecitrus, quem tinha mais informação tomou frente da doença melhor. O coitado do produtor menor não tinha essa informação. Eu acho isso pelo menos.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Deputado Pedro Kaká?

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - Quero cumprimentar a todos os senhores, e mais aguisa de enriquecer, até porque o Sr. Paulo Ricardo, dentro de suas limitações impostas no acordo de leniência, deu substancial importância e informações categóricas que atentam. Ninguém teve essa colocação clara de que o cartel existiu, e dentro de seu conhecimento como administrador competente que deve ter sido, deve ainda perpetuar. Pelo conhecimento que o senhor tem e uma visão macroeconômica, não só a nível do estado de São Paulo, mas que extrapola, até porque o triângulo mineiro, o Sul de Goiás e adjacências do nosso estado o parque citrícola aumentou, até por conta da doença e também por outras razões.

Minha pergunta é no sentido de conhecer melhor o tema. Quanto esse processo de cartelização prejudicou tanto a nível de pequenos produtores, indústrias que deixaram de existir, produtores pequenos que deixaram de existir, o senhor teria condições de fazer uma mensuração do prejuízo e do estrago macroeconômico da econômica brasileira e paulista?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Foi muito grande, porque o pequeno produtor estudava o filho, deixava o filho na propriedade, não precisava ir para a cidade. Quer dizer, quando acabou e colocou cana vendeu o trator, o filho virou colhedor de laranja da fábrica de suco, virou caminhoneiro. Abaixou o nível aquisitivo. O próprio interior, Matão que tinha muita laranja, e onde eu tinha posto de gasolina, você percebe pela economia da cidade que a renda cai muito.

A família que tinha um carrinho e ia abastecer no posto, hoje não tem mais. Vendeu o carro, virou colhedor de laranja, tratorista da Cambuí ou outra fábrica, ou foi para São Paulo trabalhar, porque não tinha atividade. Mas isso é uma constatação minha. Qualquer um pode constatar que houve uma mudança muito grande na economia, porque a cana é boa e tudo, mas não segura gente no campo.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - Quando o Brasil teve seu primeiro processo, ainda na época da colonização, a implantação da cana de açúcar era uma comodite já naquela época muito importante. Era muito notório que depois de três ou quatro séculos se repete a mesma coisa. Sabemos que na economia se chama de efeito multiplicador de renda, diferente de quando aconteceu na Vila Rica, onde os escravos, negros e outros que não detinham a propriedade, foram trabalhar naquela exploração de ouro e se criou uma economia rica, tanto é pelo nome de Vila Rica que advém dessa propriedade.

O senhor está dizendo que com a dizimação dessa atividade, trouxe ônus social para os prefeitos dos municípios e certamente não só no seu ponto de vista público, como também o senhor como proprietário de um posto de gasolina diminuiu a renda dentro do contrário do efeito multiplicador, para o comercial local que alimentava toda essa cadeia. É isso que o senhor está dizendo?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - É isso aí.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - E o senhor acha que se não tivesse acontecido isso, o Brasil estaria produzindo muito mais laranja e alcançando melhores posições no mercado internacional?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Eu não posso afirmar isso ao certo, porque o mercado de suco é limitado. Não é que poderia ter hoje o dobro de plantio e assim o dobro de suco de laranja vendido, porque também tem um consumo limitado. Mas que houve uma transferência do pequeno produtor para a grande indústria, o número já diz. Número que fiquei sabendo hoje de manhã com um produtor, 153 produtores detêm 80% da laranja de São Paulo.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - Que são os grandes.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Só grandes.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - Que estão verticalizados na indústria.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - É.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - E outra, se a pequena indústria quiser se aventurar nesse setor, não tem outro jeito a não ser ele mesmo plantando a laranja?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Na minha época foram vendidas por baixo, pequenas indústrias, dez ou 20. Na época que eu era diretor e trabalhei na fábrica de suco, foram passadas para as mãos dos grandes, e a maioria está fechada. Todos os equipamentos foram tirados, pelo menos oito, dez, 20 indústrias.



**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - É mais ou menos o que aconteceu, fazendo uma analogia, com o setor da carne quando houve o crescimento de uma determinada empresa.

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - Elas compravam e fechavam.

**O SR. PEDRO KAKÁ - PODE** - É, não tem como afirmar que não é um cartel. Perfeito, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Deputado Zico, alguma consideração?

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Não, eu só queria dizer para o deputado Pedro Kaká que em 99 já fiz um Projeto de Lei proibindo... Que 80% da produção da laranja do estado ficasse na mão dos pequenos, e não do industrial. Mas não prosperou aqui na Casa.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Hoje pela informação que temos é justamente o contrário, 80% é deles, na mão de 150 produtores.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só para ilustrar, encontrei um agricultor lá em Tabatinga, que era uma grande produtora de laranjas. Dr. Paulo, você conhece muito melhor do que eu. Mas em Tabatinga um senhor veio falar comigo, numa das últimas viagens que fiz para lá, e estava chorando: “Eu não sei mais onde é meu sítio, porque eu tinha laranja, o chiqueiro do porco, o curral, tinha meu sítio montado. Eu entreguei para a laranja e vim embora para Tabatinga”, e ele nem foi para Tabatinga, mas onde tem aquela fábrica de avião, para ver se os filhos conseguissem trabalho, em Gavião Peixoto. Ele nem sabe onde é o sítio dele mais, está tudo cheio de cana.

**O SR.** - Esse ainda tem sítio.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Eu queria abrir a palavra para o Frauzo, nosso vice-prefeito de Ibitinga, que também é produtor. Gostaria de tecer algumas considerações? O microfone está aberto.

**O SR. FRAUZO** - Boa tarde deputado, na qual cumprimento todos os membros da Mesa. Inicialmente queria parabenizar pelo trabalho, acho que essa CPI não pode parar por aqui. Já vi que estão pensando no andamento dela pelo prazo e vencimento. Nesse momento não falo como vice-prefeito, mas como citricultor, filho e neto de citricultores. Conheço tudo que o Paulo falou e muitos outros sabem que acontece no setor. Eu também queria deixar muito claro aqui, porque muitas vezes fica parecendo uma briga, uma queda de braço entre indústria e produtor, um querendo matar o outro.

O setor produtivo em momento algum quis ou quer quebrar o setor industrial. Muito pelo contrário, precisamos do setor industrial. O Brasil continua sendo o primeiro exportador mundial de suco de laranja, que traz muita receita e divisa para esse país. Não podemos permitir que o contrário aconteça, que o setor industrial quebre o setor produtivo. O que aconteceu nos últimos anos foi uma transferência de renda de um setor para o outro, de uma forma, sendo avaliada pelo Cade, não muito correta. Porque em vários anos, vou citar um, acho que a safra de 2011, na qual o preço do suco registrado FOB-Santos - está lá, é só puxar os dados, foi de 2120 dólares. Foi um dos preços mais altos de toda a temporada em muitos anos. Preço declarado pelas empresas que comercializam suco FOB-Santos.

Naquele ano estima-se que se perdeu quase 40% da produção de laranja do estado de São Paulo. Deixou-se de colher laranja. Eu sei porque vivi esse momento. E pagamos caro por isso até hoje, por continuarmos no setor. Me citem um setor, uma comodite agrícola na qual você tem preço recorde registrado de venda do suco, e ausência de compradores por parte da produção. Não existe cartel? Estou falando de 2011. O Paulo falou que “deve ter continuado”, porque ele não estava mais operando. Então a situação é muito grave, e espero que o estado de São Paulo assuma o protagonismo que nunca teve - porque teve que ir lá em Brasília duas ou três vezes por processo de cartel, com as empresas condenadas, e de novo foram, porque está lá que assinaram em novembro do ano passado.

Que o estado de São Paulo, que ainda detém 80% da produção assuma o protagonismo nesse processo. Precisamos regularizar essa situação. Reforço aqui, nenhum produtor em sua consciência quer quebrar nenhuma indústria. Nós queremos as

indústrias cada dia mais fortes, para continuarmos fortes e termos mais produtores produzindo. Mas também não podemos permitir o contrário. Se vocês pegarem os dados de produção públicos, e provavelmente como CPI vocês podem solicitar isso com mais detalhes, a quantidade de produtores que saíram do setor nos últimos cinco, dez anos é quase que exatamente o que entrou de pomar novo da própria indústria.

Esse setor não dá dinheiro? É eficiência de produção né? Efeito escala? Tem inúmeros estudos de USP e UFSCAR mostrando que tem um teto de produção para você chegar nesse máximo de eficiência. Depois disso você tem decréscimo, seu custo é muito maior. Hoje a laranja ainda depende muito de colheita manual, não tem máquina para colher, não é que nem colheita de cana que o efeito escala é quanto maior a produção e área, mais você consegue reduzir custos. Com laranja isso não acontece. Dependendo de estudos da UFSCAR ou da Esalq, fica por volta de 200 mil caixas mais ou menos. Estamos falando de empresas que têm um milhão, cinco milhões de caixas numa fazenda.

Se pegarem novamente os dados do estado de São Paulo e o relatório do greening, que é público, mas não traz a propriedade e o nome do proprietário, vocês vão ver que as 12, 15 maiores áreas de citros do estado de São Paulo - às vezes você vê lá município de Nova Europa com dois milhões de pés de laranja. Conhecemos o município e sabemos de quem é a família, por mais que não esteja escrito lá. Vocês vão ver que todas são da indústria. Então os maiores produtores hoje são industriais. O que saiu de laranja e de produtor, quase que entrou de... Equipara.

É uma situação crítica. O senhor comentou do gado, e fica aqui o alerta, é o que estamos fazendo lá na federação - fui membro da Comissão de Citricultura da Faesp, precisamos urgentemente usar o caso péssimo da laranja para que não contamine - e já está contaminado outros setores. A carne está caminhando para esse caminho aceleradamente e com dinheiro público, e também a cana de açúcar. Quanto mais concentra, quanto mais verticaliza, mais o setor social perde e muito. A sociedade está perdendo.

Para finalizar, ninguém quer restringir o direito econômico de qualquer pessoa ou industrial de investir, mas a que custo social vamos permitir que isso continue? Com milhares de produtores sendo excluídos da atividade. Cadê o Estatuto da Terra e da finalidade de produção, que a propriedade tem que dar renda? Cobra-se isso do produtor, mas o Estado não protege o produtor de distorções graves de mercado que estão acontecendo. O estado de São Paulo precisa assumir esse protagonismo.

Parabenizo a Comissão, e esperamos muito que ela tenha êxito. De novo, ninguém quer quebrar indústria nenhuma, mas precisam colocar regras claras. O livre comércio e a livre concorrência precisam existir.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - O Antônio Júlio está inscrito, por favor.

**O SR. ANTÔNIO JÚLIO** - Boa tarde a todos os deputados, parabéns pelo trabalho. Queria fazer duas perguntas ao Dr. Paulo. Primeiro referente ao acordo de leniência assinado, o valor da multa de 301 milhões. Escutamos falar pela imprensa que isso significou uma semana de fabricação de suco de laranja. O senhor foi diretor industrial e deve ter mais ou menos uma ideia. Pelo que escutamos falar é que o cartel, a combinação foi de 99 a 2006. Estamos falando de sete ou oito safras. Daria para quantificar, ter uma ideia de qual foi o prejuízo em reais ou dólares por caixa? Porque daí temos uma ideia do prejuízo dado ao setor como um todo, inclusive isso contribuiu muito para a exclusão dos pequenininhos e dos médios.

A safra de 99 a 2000, você calcula que o prejuízo foi o quê? Um dólar por caixa? Dois? Nesses sete, oito anos, o senhor consegue quantificar o valor do prejuízo por caixa/ano, para termos uma ideia do volume total, do rombo acometido dentro do estado?

**O SR. PAULO RICARDO MACHADO** - O Frauzo falou de 2011, mas eu não estava no setor. Você falou que foi 40% que o produtor perdeu, correto? Eu não estava em setor, porque saí em 2000, mas posso afirmar que a safra de 99 a 2000 foi uma das com maior preço de venda do setor. A Bolsa estava em torno de 1,68, mas não era muita ligada. Mas o preço do suco médio deve ter sido 1400, 1500 FOB. A produção perdeu muita laranja, foi uma safra com uma perda muito grande. Os preços praticados foram em torno de um dólar. Quem tinha contrato teve que reduzir, e um dólar na época equivale a 240 dólares, para vender o suco a 1500 dólares. Imaginem só dessa safra quanto foi.

Eu não sei quantificar de 93 até 2006 qual foi o prejuízo do setor, mas posso afirmar que tem gente que pode quantificar. Existem faculdades, técnicos. Eu era diretor comercial cítrica, era a compra de laranja. Temos noção de quanto perdia e quanto ganhava. Esses 300 milhões que estão no site do Cade - tem sete TCCs lá e cada um sai

um valor - equivalem a menos de cem milhões de dólares na época. Isso facilmente ganhava em poucos dias. A única coisa que posso falar. Mas agora medir quanto perdeu eu não sei, só sei que foi bastante.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Alonso, por gentileza.

**O SR. ALONSO** - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde presidente Cury e demais deputados. Queria mais uma vez cumprimentar pela iniciativa dessa Comissão e pela seriedade com que vem tratando esse assunto. Hoje quero cumprimentar também o Paulo por ter vindo aqui trazer informações importantíssimas para essa Comissão e para nós, que também representamos nesse ato a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, para que esse assunto possa ser levado adiante dentro daquilo que foi possível você informar a todos que aqui estão.

Mas queria também reiterar minhas palavras na última reunião, por conta de um fato desse ano. Até o primeiro trimestre, que não havia sido divulgado oficialmente, e vou novamente citar a Fundecitrus a respeito da estimativa da safra. A indústria fazendo contrato a 26, 27 reais. 15 dias antes da Fundecitrus fazer a divulgação da safra, eles pararam a compra nesse valor e passaram a comprar no spot a 16, 17. Então o que demonstra isso? Se foi informado, e se acabou de ser aqui também manifestado na questão do preço do suco de laranja, mas também com as palavras anteriores do Paulo, que são públicas. Primeiro se combina o preço do suco, para depois divulgar a estimativa de safra.

Mais uma vez, esse ano - vamos falar desse ano, e nós vamos buscar meios através da Federação de Agricultura, da Associtrus e da Rural Brasil e dos nossos parceiros, de demonstrar que esse cartel permanece efetivamente. Se esse ano aconteceu isso, ele vem acontecendo há anos. Eles adoçaram um pouco a questão dos produtores ano passado, quando remuneraram um pouco melhor a caixa de laranja, mas hoje temos um custo, deputado. Essa minha manifestação já foi entregue pela Federação da Agricultura em nossa primeira reunião. A estimativa do custo de produção de uma caixa de laranja está em torno de 19 reais, um pouco mais ou menos. Eles agora praticam 16, 17 reais.

Enfim, a indústria mais uma vez querendo prejudicar, acabar ou exterminar o pequeno e médio, que ainda existem e geram emprego e renda não só para o produtor, mas para o trabalhador rural também, e para toda a sociedade. Mas da forma como está,

vai acontecer como o produtor que o Zé Zico Prado falou, igual a cidade de Tabatinga, também conheço bem aquela região. Virou cana. Nossa região de Aguaí, onde sou presidente do sindicato rural e citricultor, já chegou a ser a região que mais produzia citros no estado de São Paulo. Hoje essas médias propriedades, algumas até grandes, estão com cana de açúcar.

Nossa preocupação é muito grande, e vejo nessa CPI uma forma até rápida de buscar informações sobre o que aconteceu no passado com a Secretaria da Agricultura, com aquele que era o secretário, e a forma como esse assunto foi tratado. Hoje se trouxermos, ou formos até o secretário da Agricultura ou da Fazenda, certamente com os dados atualizados, está muito fácil buscar no ano de 2007 a 2010 mais ou menos, aproximadamente como o período que aqui foi citado, quem era o secretário da Agricultura a época e como esse assunto foi tratado pela Secretaria da Agricultura e governo do Estado.

Eu também estava pensando em produzir laranja, e o deputado Zico Prado, com um Projeto de Lei, passou nas Comissões. Aqui a data é de 15 de outubro de 99, e não houve votação em Plenário e foi rejeitado pelo governo do Estado. Lamentável. A proposta do Zico é de 80%, a verticalização. A indústria poderia estar com apenas 20%. Poderia ser discutido um pouquinho mais talvez, mas desde que fosse razoável. Esse projeto que hoje está tramitando, de autoria do engenheiro agrônomo que conhece muito a área, o deputado federal Mendes Thame, a respeito da verticalização, ele também é extremamente importante para que essa Comissão tome conhecimento e mantenha contato.

Não tenho dúvida, e concordo plenamente com as palavras do Frauzo. Precisamos da indústria sim, mas da forma como está, mais uma vez demonstrado o cartel, eles não precisam ou estão querendo exterminar de vez os pequenos e médios produtores. Evidentemente que eles nunca vão ficar só com a produção deles. Mas hoje 80% está na mão de menos de duas centenas de produtores, dá para perceber o que a indústria quer com isso, e o que faz esses 80% desses produtores com suas frutas, se é indústria ou mercado. Dessa forma eles estão sim, mais uma vez interferindo no preço do produtor com a indústria e com o mercado também.

Disse semana retrasada aqui na Comissão o que a indústria faz aqui dentro do Ceasa de São Paulo, entupindo de frutas deles, para depois chegar lá fora e querer comprar barato do produtor, para entregar para a indústria, prejudicando inclusive

aqueles mercadistas que não têm condição alguma de competir com carretas e milhares de toneladas que a indústria coloca no mercado, dentro e fora do estado de São Paulo.

Agradeço e cumprimento mais uma vez o trabalho dessa Comissão, tendo a certeza absoluta que vamos obter um grande e profícuo resultado nessa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Mais algum deputado deseja se manifestar? Deputado Pedro Kaká? Zico Prado? Alguém que nos acompanha aqui?

**O SR. FRAUZO** - Desculpa pedir a palavra novamente, mas rapidamente esqueci de fazer um comentário importante. Quando citou a questão da Cargill, que respondeu não fazer mais parte desde 2004, realmente foi efetivo. Não vou saber precisar o ano, mas a Cargill foi vendida para a Cutrale e a Citrosuco; as duas maiores compraram a Cargill. Deve ter sido por volta de 2004 mesmo. Mas talvez seja interessante buscar os nomes da Cargill a época, porque talvez agora não fazendo mais parte como indústria, eles podem fazer como o Paulo fez aqui, ter coragem de falar o que acontecia.

Então eu acho que retirar a Cargill, se não tiver nenhum impedimento legal, não seria prudente. Acho que poderia sim chamar o pessoal da Cargill a época, que está nessa lista de nomes, e de repente ver se eles não têm coragem de falar alguma coisa que eles sabem que acontecia. Pode ser que não, que ainda não tenham coragem de falar como o Paulo teve, mas eu acho que seria prudente manter a Cargill, se não tiver nenhum impedimento legal.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Vamos inclusive confrontar os documentos e as datas que eles se reportaram aqui para alegar a não vinda deles, e vamos fazer isso.

**O SR.** - Até porque eles tiveram um contrato de suco por mais algum tempo com a Cutrale e a Citrosuco parece, comercializando suco na negociação. Não sei os detalhes, mas é o que falam no mercado.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Estamos caminhando para o término da nossa reunião. Deputado Zico?

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Mas antes eu queria fazer um registro, Presidente. Queria te cumprimentar por abrir esse espaço aos produtores, porque já participei de CPI aqui que era muito restrita aos deputados. Vocês têm contribuído muito com as perguntas e com aquilo que estamos ouvindo aqui. Quero te cumprimentar por isso, porque isso não fere o regimento, mas não é de praxe para todos os presidentes.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Obrigado deputado Zico, agradeço. Temos feito o possível para ter a participação de todo mundo, até para que eles possam nos municiar. Eu fiz questão, e inclusive mandei a data, horário e local aqui para o Alonso, o Antônio Júlio, o Flávio Viegas da Associtrus que não pode vir, justamente para que pudessem...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E eu quero agradecer muito a eles, porque têm nos municiado e muito.

**O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS** - Dentro de nossas possibilidades agora no recesso, para aqueles deputados que puderem e também os representantes dos produtores, que possamos nos reunir agora em julho para tratar de algumas coisas e avançar em alguns temas, buscar mais informações. Essa é minha ideia. Vamos estar em recesso, mas trabalhando. Que possamos fazer um liquidificador de todas as informações que já tivemos até aqui nessas três semanas. Estou no meu primeiro mandato, deputado Zico, e presidindo a minha primeira CPI. Mas eu tenho impressão que temos conseguido, com um prazo muito escasso, avançar em algumas questões para entendermos melhor esse cenário.

Eu queria agradecer a todos vocês, o Frauzo, o Antônio Júlio, o Alonso, que representam aqui os produtores, a SRB, a Faesp. Aos deputados aqui presentes, o Pedro Kaká, Zico Prado, Barro Munhoz, Vinholi e o Madalena que passaram por aqui. Nossa CPI tem tido quórum todos os dias que marcamos nossas reuniões, com uma grande quantidade de deputados. Agradecer o Sr. Paulo, que aceitou nossa convocação, contribuiu e afirmou - isso é importante de falarmos - categoricamente que houve sim o cartel, e que ele operou pessoalmente todo esse trabalho a partir de 1993.

Como o deputado Zico observou aqui, foi realmente a primeira informação concreta de que tivemos esse cartel efetivamente. Vamos dar andamento a tudo que foi



debatido aqui, nossa assessoria vai providenciar tudo e vamos organizar essa diligência junto com o mandado de segurança impetrado para irmos lá, intermediados pelo deputado Mendes Thame, para podermos fazer esse trabalho. Então queria agradecer a todos, nossa equipe e a assessoria, e dar por encerrada mais essa nossa reunião da CPI da Citricultura aqui na Assembleia Legislativa. Obrigado a todos e uma boa tarde.

\* \* \*